



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE TAUÁ
Rua Silvestre Gonçalves, 80 – Centro – Fone (fax): 3437.1190
Site: camarataua.ce.gov.br

ATA 1739 DA 17ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DO ANO DE 2017, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2017.

Aos 15 (quinze) dias do mês de maio de 2017 (dois mil e dezessete), às 17h (dezessete horas), após constatar a existência de quórum regulamentar, o Sr. Presidente Marco Aurélio Moreira de Aguiar, declarou aberta a 17ª (décima sétima) Sessão Ordinária do 1º (primeiro) Período Legislativo do corrente exercício, que contou com a presença de 15 (quinze) vereadores (as), sendo: Alaor Cavalcante Mota Filho, Antonio Coutinho Sobrinho, Edyr Lincon Cavalcante Dias, Felipe Veloso Soares Viana de Abreu, Francisco Avelange Cavalcante Mota Junior, Francisco da Costa Feitosa, João Evonilson Alexandrino de Souza, José Wellington de Melo Gonçalves Júnior, Luis Tomaz Dino, Marco Aurelio Moreira de Aguiar, Maria de Fátima Alves Castelo Guedes, Maria de Fátima Veloso Soares Mota Bastos, Ronaldo César Feitosa Alexandrino Cidrão Filho, Valdemar Junior e Williana Bezerra de Carvalho. Dando início aos trabalhos da sessão, o Sr. Presidente indagou aos Srs. Vereadores (as) se dispensavam a leitura da ata da sessão anterior, tendo em vista que foi encaminhada em tempo aos e-mails dos mesmos. Logo após foi colocada para deliberação do Plenário, tendo sido aprovada sem nenhuma restrição. Após, o Presidente passou a palavra ao 1º secretário para leitura das matérias constantes no pequeno expediente, grande expediente e ordem do dia. **PEQUENO EXPEDIENTE:** Ofício nº 166/2017 da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, Ofício nº 0422/2017 da Secretaria Municipal de Saúde, Projeto de Indicação nº 010/2017 do vereador Alaor Mota e Indicações nºs. 445 a 483/2017. **GRANDE EXPEDIENTE: Projeto de Lei nº 51/2017** do Poder Executivo – reajuste salarial do Magistério. **Projeto de Lei nº 52/2017** do Poder Executivo – Premio Aluno Destaque. **Projeto de Decreto Legislativo nº 006/2017** do vereador Avelange Junior – Título Cidadania Tauaense a Sra. Lucineide Almeida. **Projeto de Decreto Legislativo nº 007/2017** do vereador Avelange Junior – Título de Cidadania Tauaense Raquel Rego. **Moções nºs. 116 a 118/2017.** Dando prosseguimento à sessão, o vereador Chico Neto solicitou pedido de urgência para dois projetos do Executivo nºs 51 e 52/2017. EM seguida, o Presidente Marco Aurélio leu comunicado da Dra. Laurineide a respeito de convite feito pela Casa uso da tribuna. Na sequência, colocou para votação do regime de urgência os projetos solicitados pelo líder de governo: Projeto de Lei nº 51/2017 – em discussão o vereador Felipe Viana disse que precisaria explicações do Executivo quanto às suplementações que estão chegando na Casa. O Presidente Marco Aurélio destacou que o projeto sendo votado naquela sessão ou na sessão seguinte não haveria prejuízo, pois os efeitos da Lei retroagem a dois de maio. O vereador Antonio Coutinho disse que esperava um aumento maior para os professores, dizendo que em 24 (vinte e quatro) anos está sendo o menor valor dado aos profissionais. Em votação: aprovado regime de urgência por 13 votos a favor x 01 abstenção. Projeto nº 52/2017 – em discussão o Presidente Marco Aurelio sugeriu que o Prefeito diria quais os prêmios e valores até quanto poderia comprar. O vereador Felipe Viana disse que apresentaria emenda para sana os vícios do Projeto. O vereador Valdemar Junior sugeriu que no momento do pedido de urgência os vereadores pudessem ter em mãos a justificativa do pedido. O vereador Chico Neto solicitou retirar o projeto de pauta. **USO DA TRIBUNA: 1)** Fez uso da tribuna o Sr. Ariston Alves de Lima, ex-secretário executivo do consórcio que administra a Policlínica Dr.Frutuoso, o CEO e a UPA, Ariston Alves de Lima. Esclareceu a real situação da Policlínica, quando deixou o cargo. Contestou informações repassadas pela atual gestão do consórcio, em relação ao pagamento de funcionários e profissionais contratados. Afirmou que, com o encerramento da gestão da ex-presidente do consórcio, Patricia Aguiar, não foi eleito o seu substituto, não foi nomeado o secretário executivo para assinar os contratos com o Governo do Estado. Disse, ainda, que os repasses só começam no mês de abril, o que retardou um recurso de mais de 3 milhões de reais. Informou que deixou em caixa no dia 31 de dezembro de 2016 um total de R\$ 442 mil reais (quatrocentos e quarenta e dois mil reais) e ainda para receber dos Municípios e da União o valor de um milhão e 140 mil reais. Em aparte, o **vereador Luis Tomaz** agradeceu a



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE TAUÁ

Rua Silvestre Gonçalves, 80 – Centro – Fone (fax): 3437.1190

Site: camarataua.ce.gov.br

presença e o atendimento ao convite. Indagou como foi feito nos anteriores para não deixar de prestar serviços a população como está sendo agora, já que só se recebia em abril os recursos. Perguntou, ainda, como era feito para os médicos chegassem a essa quantia que veiculam. Em resposta, o **Sr. Ariston** disse que a gestão priorizou melhorar atendimento e trazer novos serviços. Em 2010, o mesmo levantamento de custeio não teve reajuste durante todo o período até 2017 e estão querendo até reduzir os valores. Criou-se falsa imagem de que consórcio “nadavam” em dinheiro. Destacou que priorizou-se ampliar as especialidades, fora outros exames e equipamentos que foram incluídos e não estavam no projeto inicial. Comentou que se fazia caixa nos “anos bons” para manter nesses meses. Disse que confiava ano passado que o governador passasse pelo menos uma parte do recurso que devia e não foi possível o que causou dificuldades e preocupados com isso foi deixado insumos. Falou que fizeram seleção pública para médico e contratou-se quatro profissionais de Tauá. Destacou que o recurso inviabilizava o trabalho, então foi estudado um projeto de criar chamamento público as vagas e os médicos não seriam do consorcio entraria como empresa ou autônomos e foi quando melhorou os atendimentos. Em aparte, o **vereador Dr. Edyr** fez ponderações quanto aos dados colocados porque não estão condizentes com a nova gestão. Falou que o que se tem de dados contábeis a realidade não é essa que foi dita no discurso. Indagou até quando exerceu a secretaria dos consórcios, dados em ata, a partir daí quem assumiu o cargo por quanto tempo, se foi feita por nomeação em ata. Disse que esteve na secretaria de saúde do estado com o diretor das policlínicas que passou ser a policlínica de Tauá uma caixa preta e pediu dados que não puderam ser colocados pelo Estado. Falou que vai oficializar convite ao atual diretor da Policlínica para o debate. Falou das instalações físicas da policlínica que recebeu relatório e ficou surpreso com o documento, em torno de 80 fotos que vê a estrutura física a desejar. Falou que algumas questões eram legalistas e não poderia se sair do legal. Falou que não existia nenhum arquivo digitalizado quando se passou para a nova gestão. Com relação ao planejamento financeiro, disse que até setembro de 2016 não se havia nada relacionado a deficiências e pós eleição começou a haver diminuição dos dados. Em resposta, o **Sr. Ariston** disse que sua formação era da área de controle, foi auditor no Estado e veio para Tauá para ser controlador geral e sempre primou pela legalidade. Comentou sobre o início das atividades do consórcio. Falou sobre chamamento público e renovação de contratos. Disse que poderia ter licenciamento sem ônus e foi comunicado aos municípios. Disse que continuou em virtude da experiência que tinha com gestão do consórcio. Disse que não ia discutir dados porque está no sistema, não havia manipulação e se quiser saber se tem recursos era apenas ver no controle operacional. Em aparte, o **vereador Felipe Viana** comentou sobre dados de atendimentos e procedimentos na Policlínica. Falou que deveria ter no mínimo a mesma meta no ano de 2017 e buscar recursos. Comentou que acredita que o Estado tem dívida com o consórcio e primar pelo bom funcionamento do equipamento público. Em aparte, o **vereador Luis Tomaz** disse que ficava satisfeito com o pronunciamento, mas disse que não estava satisfeito com a demissão do médico Dr. Laurindson. Em aparte, **os vereadores Marco Aurélio e Dr. Edyr** discutiram sobre a redução de recursos da policlínica a partir do mês de outubro. Em aparte, o vereador Vony pediu para intensificar o atendimento na localidade de Baixas, Marruás. 2) Fez uso da tribuna a **Sra. Elizangela Viana**, assistente social, para tratar acerca do Dia Nacional de Combate ao abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes. Comentou que a programação iniciava hoje e já havia acontecido algumas atividades. Disse que durante esse período há um alto índice de denuncia o que favorecia um trabalho efetivo com relação ao problema. Falou da programação da semana com atividades nas escolas e no fórum. Os vereadores **Fátima Guedes, Felipe Viana, Alaor Mota** apartearam a Sra. Elizangela parabenizando pelo trabalho realizado e destacando a importância de discutir o tema. Dando prosseguimento a sessão o vereador Dr. Edyr comentou que recebeu informações da gestão comunicando que o Dr. Laurindson não foi demitido, apenas o contrato havia sido expirado em março e ele pode se credenciar para o chamamento público. O vereador Luis Tomaz disse que foi informado que o médico não trabalhava mais na



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE TAUÁ

Rua Silvestre Gonçalves, 80 – Centro – Fone (fax): 3437.1190

Site: camarataua.ce.gov.br

policlínica. 3) Fez uso da tribuna a enfermeira **Sra. Aparecida Mota Abreu** que representou a secretaria de saúde para tratar sobre a semana da enfermagem. Falou da planificação da saúde que era visto como modelo no cuidado e fortalecimento da atenção primária. Em aparte, o **vereador Valdemar Junior** destacou a importância do serviço de enfermagem e assistente social. Em aparte, o **vereador Felipe Viana** disse que os profissionais vêm há muito tempo lutando pela insalubridade. Em aparte, o **vereador Dr. Edyr** disse que a luta por melhoria salarial é justa. Em aparte, o **vereador Vony** comentou dos critérios de quantidade para viabilizar o PSF, dizendo que o mapa deve pensar nas demandas. 4) Fez uso da tribuna a **vereadora Williana Bezerra** para falar sobre o Projeto de Lei nº 1768 de 29 de dezembro de 2010 – Código Tributário do Município para definir as alíquotas de IPTU, CIP, entre outras. Comentou que, por motivos desconhecidos, o projeto não foi sancionado pelo ex-prefeito Dr. Julio Cesar. Disse que por ordem institucional o presidente da Câmara também não assinou havendo nova mesa diretora passando a ser responsabilidade do novo presidente que não assinou. Falou da polemica em que pese a importância do processo que esta atribuído a vice-presidente dizendo que não iria assinar lendo as razões que as fez negar a assinatura. Em aparte, o **vereador Luis Tomaz** louvou a atitude da vereadora, pensa que o projeto deve ser iniciado do começo. Falou que a iniciativa deve ser do prefeito porque foi promessa de campanha. Em aparte, o **vereador Vony Sousa** concordou com o vereador Luis Tomaz. Disse que a vereadora tinha dado fim a polêmica. Em aparte, o **vereador Wellington Junior** comentou que pensava que o ex prefeito não poderia se responsabilizar por algo que prejudicaria as receitas. Em aparte, o **vereador Chico Neto** comentou que é de acordo que o projeto venha do Executivo por ser promessa de campanha. Em aparte, o **vereador Felipe Viana** comentou que desde a votação do projeto, a Casa votou a favor e faltou pulso do ex-prefeito Dr. Julio Cesar para vetar ou sancionar e jogou a responsabilidade para a Câmara Municipal. Em aparte, o **vereador Marco Aurelio** reportou-se a sanção expressa e sanção tácita e depois a promulgação com comunidade a sociedade e para ter efeitos tem que existir a promulgação. Disse que não fez porque estava fora do seu prazo porque as 48 horas não fazia parte da sua gestão. Falou que respeitava a posição da vereadora Williana e cobrou do líder do prefeito uma posição do Executivo face a resposta da vereadora Williana. Dando continuidade à sessão, o **vereador Felipe Viana** disse que ia falar da bancada e fez a leitura de um bilhete encaminhado aos pais das crianças matriculadas da Escola Jorge Massilon. Disse que o bilhete informava que a partir de segunda-feira, 15, a escola não forneceria mais a merenda escolar para os alunos porque não recebeu os alimentos do setor responsável. Em aparte, o **vereador Avelange Junior** afirmou que a licitação para compra dos gêneros alimentícios já foi realizada e a gestão municipal está aguardando a chegada dos primeiros pedidos realizados. Em aparte, o **vereador Dr. Edyr** negou que estivesse faltando merenda escolar em Tauá. Disse que a distribuição de merenda até agora são os produtos restantes da gestão passada. Falou que a escola é orientada a enviar comunicado a secretaria sobre o quantitativo. Falou que há casos inverídicos por conta de comentários ou cartazes por redes sociais. Em aparte, o **vereador Valdemar Junior** confirmou a informação dizendo ter recebido cópia do bilhete de uma mãe que tem seu filho matriculado na mesma escola. Destacou que não se jogasse responsabilidade para a diretora, pois está fazendo a parte dela. Em aparte, o **vereador Luis Tomaz** comentou que a direção das escolas é por seleção, portanto não havia viés político. Com retorno da palavra, o **vereador Felipe Viana** disse não poderia deixar de dar credibilidade ao comunicado da diretora da escola. Acrescentou, ainda, que na Escola Josefa Pereira de Sena, na localidade de Santa Luzia, distrito de Trici, já foi servida como merenda, bolinho de caçarola com chá de capim santo porque os alunos e professores levaram os insumos para fazer a merenda. 5) Fez uso da tribuna o **vereador Valdemar Junior** que inicialmente registrou a presença do radialista Sampaio Moreira. Em seguida, falou de seu pedido da manutenção do posto policial de Santa Tereza em outra sessão e na ocasião os vereadores da oposição e situação iam procurar manter. Disse que foi procurado pelo Tenente Aurélio dizendo que a base de Santa Tereza fechou. Falou que foi ao local e constatou o fato do



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE TAUÁ

Rua Silvestre Gonçalves, 80 – Centro – Fone (fax): 3437.1190

Site: camarataua.ce.gov.br

fechamento. Pediu encarecidamente que não deixassem fechar o posto policial de Santa Tereza. Em aparte, o **vereador Marco Aurélio** endossou a importância do posto policial na vila de Santa Tereza. Em aparte, os **vereadores Avelange Junior e Chico Neto** disseram que iria se informar sobre o fato e o vereador Chico Neto perguntaram se o Raio atua na vila de Santa Tereza. Em resposta, o **vereador Valdemar Junior** disse que há diferença entre policiamento com base no local e apenas uma passagem de um destacamento. Em aparte, o vereador Alaor Mota disse que parecia haver distorção dessa informação. Falou que participação de reunião e que os problemas das câmeras está em breve sendo solucionado. Dando continuidade à sessão, o **vereador Alaor Mota** falou de problemas com relação a Cagece e disse que ia tratar na próxima sessão. Falou também do projeto de indicação sobre o projeto de lei que cria o serviço taxista de Tauá que também será falado na próxima sessão. O vereador Avelange Junior pediu para tratar o esclarecimento do Prefeito com relação ao IPTU na próxima sessão. **ORDEM DO DIA: Projetos de Lei do Executivo n.ºs. 43, 49 e 50/2017. Projetos de Lei do Legislativo n.ºs. 46 e 47/2017. Projetos de Resolução n.º 05 e 06/2017, Projeto de Decreto Legislativo n.º 05/2017 e Moções n.ºs. 116 a 118/2017.** A sessão dessa segunda-feira, foi encerrada sem o cumprimento da ordem do dia, ou seja, as votações que estavam previstas. No primeiro projeto colocado em votação, Projeto de Lei n.º 43/2017 não houve entendimento entre as bancadas de situação e oposição. Na votação do projeto de lei n.º 43/2017 do Executivo - que pede abertura de crédito suplementar no valor de 120 mil reais, o vereador Luis Tomaz, representando a oposição, pediu vistas do projeto. O líder do governo, vereador Chico Neto, não concordou com o pedido e pediu que fosse colocada a solicitação para decisão do plenário. O vereador Luis Tomaz e o vereador Valdemar Junior decidiram fazer a obstrução da votação, que corresponde em esvaziar o plenário, deixando a Casa sem quórum para as apreciações. O vereador Ronaldo Filho saiu do plenário. Retiraram-se do plenário os vereadores Luis Tomaz, Fátima Guedes, Ronaldo Filho, Felipe Viana e Valdemar Junior. Os vereadores Antonio Coutinho e Dra. Fátima Veloso já haviam se ausentado do plenário há mais tempo. A bancada do PSD deixou o plenário e sem quórum para qualquer votação, a sessão foi encerrada. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a presente sessão, determinando antes a lavratura da presente Ata. Eu, Alaor Cavalcante Mota Filho, 1º Secretário, providenciei e subscrevo-a na forma regimental, juntamente com o presidente da Mesa Diretora e um funcionário desta Casa Legislativa.

Alaor Cavalcante Mota Filho
1º SECRETÁRIO DA CMT

Cristina Oliveira Pereira
FUNCIONÁRIA

Marco Aurélio Moreira de Aguiar
PRESIDENTE DA CMT